



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão de Saúde 4ª - SUPEL-COSAU4

RESPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90157/2025/SUPEL/RO
Processo Administrativo: 0036.037319/2024-69

1. Histórico

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, publicou edital de licitação cujo objeto é: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos especializados na área de Pediatria e Neonatologia, com a finalidade de atender a demanda de usuários da saúde pública recém-nascidos do setor de neonatologia nas dependências do Hospital Regional de Cacoal, de forma contínua, por um período de 01 (um) ano nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Após a definição da modalidade, foi divulgado o certame pelos meios de praxe e publicado o Edital no dia 30.05.2025, sendo que a sessão pública de abertura das propostas foi agendada para o dia 16.06.2025 (Id 0060214285), às 10h:00min (horário Brasília), no provedor Compras.Gov.

Foi recebimento questionamento por meio de impugnação/esclarecimento, o qual será analisados mais adiante.

2. Pedido de Impugnação da empresa A (0060817700)

Em atenção ao pedido de impugnação interposto, que alega supostas irregularidades no instrumento convocatório, especialmente no que se refere à exigência de documentos fiscais e trabalhistas considerados sensíveis e sigilosos, cumpre esclarecer e rebater os argumentos apresentados, nos seguintes termos:

(...)

I – DOS FATOS

A empresa ora impugnante vem, mais uma vez, apresentar impugnação ao presente Edital, em razão da manutenção de exigências claramente ilegais, desproporcionais e violadoras dos princípios da legalidade, competitividade e isonomia, conforme já exposto em impugnação anterior apresentada pela mesma empresa em certame análogo, a exemplo do Pregão Eletrônico nº 90505/2024/SUPEL/RO.

É lamentável observar que, na oportunidade anterior, a agente de contratação limitou-se a oferecer uma resposta genérica, meramente formal, que não enfrentou as razões expostas de maneira concreta e fundamentada. Pelo contrário, optou-se por simplesmente "encher linguiça", reafirmando as exigências impugnadas sem qualquer análise técnica ou jurídica aprofundada.

Assim, restaram mantidas cláusulas abusivas, que, sob o pretexto de uma pretensa diligência antecipada, impõem aos licitantes obrigações que violam o sigilo fiscal e previdenciário, além de restringirem indevidamente a competitividade do certame.

Reitere-se, ainda, que toda essa situação, bem como a conduta reiteradamente abusiva e omissiva da agente de contratação, já foram objeto de denúncia formal ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO, onde tramita representação em fase avançada de apuração, pendente apenas da emissão de relatório da auditoria externa para posterior julgamento pelo Conselheiro responsável.

II – DAS IRREGULARIDADES MANTIDAS NO EDITAL

Como já exaustivamente demonstrado, permanecem no instrumento convocatório exigências indevidas, tais como:

Exigência, de forma generalizada e obrigatória, da apresentação de documentos sensíveis e sigilosos, a exemplo de:

FAPWEB atualizado;

Relatório da GFIP com protocolo de envio;

Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCT);

Escrituração Fiscal Digital (EFD-Contribuições) dos últimos 12 meses.

Tais exigências violam:

Art. 59 da Lei nº 14.133/2021, que condiciona a demonstração de exequibilidade apenas quando constatada, de forma objetiva, a inexecutabilidade da proposta. Não se admite a imposição indiscriminada dessas obrigações a todos os licitantes.

Art. 198 do Código Tributário Nacional, que estabelece o sigilo fiscal como direito fundamental do contribuinte, o qual somente pode ser relativizado mediante expressa previsão legal e em hipóteses excepcionais.

Jurisprudência pacífica do Tribunal de Contas da União (TCU), no sentido de que exigências desproporcionais e que exponham dados sigilosos configuram afronta à isonomia e à competitividade, como decidido no Acórdão nº 2622/2013 – Plenário.

III – DA REITERAÇÃO DO DESCASO ADMINISTRATIVO

Apesar das razões jurídicas e técnicas apresentadas anteriormente, a agente de contratação limitou-se a proferir manifestação meramente formal, não enfrentando concretamente as violações apontadas, tampouco revendo ou ajustando as cláusulas impugnadas.

Assim, mantém-se o cenário de afronta direta aos princípios que regem as licitações públicas, previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, notadamente:

Isonomia;

Competitividade;

Legalidade;

Razoabilidade.

Além disso, a insistência na manutenção dessas cláusulas agrava ainda mais a situação, demonstrando falta de zelo e comprometimento com a correta condução do procedimento licitatório, sujeitando-se a responsabilização pessoal e funcional nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

(...)

V – DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, requer-se a esta Superintendência que:

1. Acolha integralmente a presente impugnação, promovendo a imediata exclusão das exigências abusivas e ilegais constantes do Edital, especialmente aquelas referentes à apresentação obrigatória de documentos protegidos por sigilo fiscal e previdenciário, adequando-se aos parâmetros legais do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

2. Reavalie a conduta administrativa adotada, promovendo, inclusive, eventual responsabilização da agente de contratação pela manutenção injustificada de exigências ilegais, diante da manifesta afronta aos princípios licitatórios.

3. Caso acolhida a presente impugnação, proceda-se à republicação do edital, com a reabertura dos prazos legais, conforme previsto no §1º do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, de modo a resguardar o princípio da ampla competitividade.

4. Caso não seja acolhida, registre-se a presente impugnação nos autos, para subsidiar eventual responsabilização administrativa e judicial dos agentes públicos envolvidos, bem como para instruir a já referida Representação em trâmite no TCE/RO.

(...)

2.1. Análise do pedido de impugnação

Em atenção ao pedido de impugnação interposto, que alega supostas irregularidades no instrumento convocatório, especialmente no que se refere à exigência de documentos fiscais e trabalhistas considerados sensíveis e sigilosos, cumpre esclarecer e rebater os argumentos apresentados, nos seguintes termos:

2. 1. DA CLAREZA DO EDITAL QUANTO AS EXIGÊNCIAS PARA ANÁLISE DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA:

O edital, de forma clara e fundamentada, não impõe indiscriminadamente as exigências citadas pela impugnante a todos os licitantes, mas condiciona a apresentação desses documentos à fase de análise da proposta melhor classificada, conforme previsto nos subitens 8.11 a 8.14.

Trata-se de exigência instrumental e temporária, voltada à verificação da exequibilidade da proposta vencedora, em conformidade com o disposto no art. 59, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

Portanto, não há violação à lei, tendo o **edital observado estritamente os ditames da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos legais e regulamentares aplicáveis**. Informa-se ainda que o regulamento do certame foi submetido à análise jurídica pelo órgão competente, que estando o mesmo em total legalidade e regularidade. Ademais, os documentos que porventura poderão serem solicitados, guardam amparo legal quanto as suas possíveis exigências conforme transcreve-se abaixo:

2.1.1. DA NÃO VIOLAÇÃO AO SIGILO FISCAL:

Quanto à alegação de violação ao sigilo fiscal prevista no art. 198 do Código Tributário Nacional, cumpre esclarecer que a apresentação dos documentos exigidos no item 8.14 do instrumento convocatório (tais como FAPWEB, GFIP, DCTF e EFD-Contribuições) não configura quebra de sigilo fiscal, mas sim diligência justificada e amparada no interesse público, voltada à aferição da exequibilidade da proposta, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

A exigência de tais documentos visa unicamente à verificação da conformidade entre os encargos efetivamente incidentes sobre a empresa – decorrentes da sua realidade tributária e previdenciária – e os percentuais informados na planilha de custos e formação de preços, de modo a garantir a compatibilidade da proposta com os custos decorrentes das obrigações legais, fiscais e trabalhistas.

2.1.2. FAPWEB

O Fator Acidentário de Prevenção (FAP) é um multiplicador aplicado sobre a alíquota do RAT (Risco de Acidente de Trabalho), com base nos registros de acidentalidade da empresa. O documento FAPWEB, que apresenta esse índice, não revela informações protegidas por sigilo fiscal, pois trata-se de dado acessível ao contribuinte junto à plataforma da Previdência Social e cuja função é evidenciar o grau de risco da atividade econômica desenvolvida, impactando diretamente nos custos previdenciários da empresa.

Inclusive, mesmo as empresas sem empregados podem consultar seu FAPWEB, visto que o índice é atribuído com base na CNAE da empresa, conforme previsto no Manual de Acesso ao novo FAP. O documento é essencial na análise do RAT Ajustado, por conseguinte, imprescindível para validar os encargos de mão de obra constantes na planilha de custos.

2.1.3. GFIP/SEFIP

Quanto à GFIP, seu conteúdo também não infringe sigilo fiscal, sendo uma obrigação acessória de envio obrigatório a todas as pessoas jurídicas, mesmo sem empregados. A ausência de movimentação financeira não dispensa o envio da GFIP com indicativo de ausência de fato gerador,

conforme orientações da Receita Federal e do Manual da GFIP/SEFIP. Logo, o relatório de GFIP com protocolo de envio é instrumento necessário para comprovação de recolhimentos previdenciários e regularidade da empresa, contribuindo com a análise técnica do custo da mão de obra.

2.1.4. Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF / DCTFWeb

Assim, a apresentação da DCTF (ou DCTFWeb, conforme a vigência) continua sendo indispensável para a análise do regime tributário e verificação das alíquotas efetivamente aplicadas à empresa.

As exigências previstas no edital visam resguardar o interesse público, a adequada execução do contrato e o cumprimento das obrigações fiscais e trabalhistas após a adjudicação e homologação do certame. Trata-se, portanto, de medidas preventivas que reforçam a segurança jurídica da contratação, em consonância com o princípio da eficiência.

2.1.5. Escrituração Fiscal Digital -Contribuições

Em relação à EFD-Contribuições, o edital não exige sua apresentação para todas as empresas, mas apenas para aquelas tributadas pelo regime, conforme expressamente previsto na alínea "d" do item 8.14. O questionamento apresentado não procede, uma vez que o instrumento convocatório delimita de forma clara que a exigência da apresentação da EFD-Contribuições é direcionada exclusivamente às empresas tributadas pelo regime. Assim, não se trata de hipótese de dispensa, mas de aplicação específica conforme estabelecido no edital.

Portanto, não se trata de exigência genérica, indevida ou desproporcional, tampouco de violação ao direito à privacidade do contribuinte, mas sim de diligência pontual, motivada e amparada na legislação, voltada à proteção do interesse público e à garantia da correta execução do futuro contrato, e

São apenas da licitante classificada, como forma de comprovar a adequação dos encargos tributários e trabalhistas considerados na composição de preços, então são apresentados **pela empresa convocada**, no âmbito de uma contratação pública, para garantir a **segurança jurídica e a integridade da futura execução contratual**.

3 . Pedido de Esclarecimento da empresa B (0061144146)

Em síntese, esse é o pedido:

(...)

Em razão do interesse em participar do certame em comento, para melhor elaboração da proposta de preços, faz-se necessário alguns esclarecimento no tange às exigências editalícias:

1) No Anexo I fls.39 a 41, tem-se um modelo de planilha de custo e formação de preços para que as empresas possam preencher a fim de mensurar os valores de custo e formação de preços para sua proposta. Faz-se necessário alguns esclarecimentos, às empresas em que os profissionais são sócios da empresa, será necessário o preenchimento da planilha de formação de custos e preços?

Sabe-se que as informações poderão ser confirmadas através da leitura do contrato social da empresa. Poderá a empresa apresentar outra planilha sem correr o risco de ser inabilitada ?

(...)

3.1. Resposta da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU (0061166939)

Considerando que os argumentos apresentados dizem respeito a questões técnicas, definidas no termo de referência as quais são de responsabilidade da Unidade requisitante, a Pregoeira encaminhou missiva à SESAU-GECOMP - Gerência de Compras que se manifestou conforme resposta abaixo:

Em manifestação essa Pasta **manifesta-se:**

- a) Conforme consta no item 15.6 do Termo de Referência, o preenchimento da planilha é obrigatório e compõe elemento base da proposta de preços.
- b) O ato de ser sócio e/ou trabalhador autônomo, ou ainda empregado, não isenta a apresentação da planilha de custo e formação de preços, visto que isso são formas de contratação da mão de obra e relação entre o fornecedor e o profissional executante e portanto estará sujeita as comprovações de vínculo conforme consta no item 17.3.1, inciso IV do Termo de Referência.
- c) Destaca-se que comprovação de vínculo por meio de contrato social já consta citado no mesmo item acima do Termo de Referência.

Desta forma, não há o que se falar em isenção do preenchimento da planilha de custo e formação de preços, independente das formas de contratação dos profissionais, sendo que as relações de vínculo deverão ser comprovadas nas possibilidades previstas em Termo de Referência.

4. Decisão

Diante do exposto, verifica-se que o edital encontra-se em plena conformidade com a legislação vigente, não havendo qualquer exigência indevida ou ilegal, razão pela qual **não merece prosperar o pedido de impugnação interposto pela empresa.**

Assim, opina-se pelo **indeferimento da impugnação**, com a consequente manutenção integral do instrumento convocatório, garantindo-se a continuidade do certame nos termos originalmente previstos.

De modo igual, entende-se que foi respondido o pedido de esclarecimento formulado pela empresa.

Isto posto, com fulcro no Art. 164, da Lei 14.133/2021, e item 3.1 do Instrumento Convocatório, RECEBO o pedido de Impugnação e NÃO CONHEÇO do mesmo. Quanto ao pedido de esclarecimento, informo que as dúvidas **NÃO** afetam a formulação das propostas de preços, motivo pelo qual informamos que o prazo de abertura do certame **permanece no dia 16 de Junho de 2025, às 10h (horário de Brasília - DF)**, no site : <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>, e permanecendo os demais termos do edital inalterados.

Encerrada a análise dos pontos constantes nos pedidos de Impugnação e Esclarecimento, a Comissão de Licitação da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/COSAU-4, com apoio técnico da SESAU-RO, dá por concluído o exame da solicitação, reiterando que todas as informações necessárias ao correto entendimento do edital e do Termo de Referência encontram-se disponíveis nos documentos do certame.

Eventuais dúvidas poderão ser sanadas junto à Pregoeiro e a Equipe de Apoio através do telefone (69) 3212-9243 ou pelo e-mail: atendimento@supel.ro.gov.br

Publique-se.

Dê ciência a todas as empresas interessadas por meio de regular publicação.

Atenciosamente,

Porto Velho, 12 de Junho de 2025.

ALINE KAREN RODRIGUES AGUADA
Membro da comissão de Licitação COSAU4/SUPEL

JANAINA MUNIZ LOBATO
Pregoeira da 4ª Comissão de Saúde - COSAU4 - SUPEL/RO



Documento assinado eletronicamente por **Aline Karen Rodrigues Aguada**, Membro, em 12/06/2025, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Janaina Muniz Lobato, Pregoeiro(a)**, em 12/06/2025, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061174377** e o código CRC **8C814128**.

Referência: Caso responda este(a) Resposta, indicar expressamente o Processo nº 0036.037319/2024-69

SEI nº 0061174377